

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL: REVISÃO DE ESCOPO

ESTTELA COSTA DA CONCEIÇÃO; PEDRO JUAN RIBEIRO CALISTO DOS SANTOS; VIVIANE CORRÊA DE ALMEIDA FERNANDES; DÉBORA SANTOS LULA BARROS;

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a gama de serviços farmacêuticos ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para atender à demanda judicial por medicamentos no Brasil. A partir de uma revisão de escopo, foram identificados e analisados estudos que abordassem a temática da judicialização de medicamentos e os serviços farmacêuticos nesse contexto. Os resultados evidenciam a lacuna no acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes que obtêm medicamentos via judicial, comprometendo a eficácia do tratamento e expondo os pacientes a riscos. A pesquisa destaca a importância da institucionalização da assistência farmacêutica para garantir o acesso a medicamentos, mas alerta sobre os desafios da judicialização, que podem gerar sobrecarga no sistema de saúde e desconsiderar as diretrizes estabelecidas para a seleção de medicamentos. A integração de ações judiciais com políticas públicas sólidas de assistência farmacêutica, que contemplem a atualização constante da lista de medicamentos do SUS e a valorização da expertise do farmacêutico, é fundamental para garantir o acesso equitativo e oportuno aos medicamentos.

Palavras-chave: Judicialização de medicamentos, assistência farmacêutica, SUS, serviços farmacêuticos, acompanhamento farmacoterapêutico.

1. INTRODUÇÃO

A judicialização da saúde no Brasil tem experimentado um crescimento exponencial nos últimos anos, com um aumento significativo das demandas judiciais por medicamentos. Esse fenômeno, embora garanta o acesso à saúde, impacta negativamente a gestão da assistência farmacêutica, comprometendo a racionalização no uso de medicamentos e a equidade no acesso.

Historicamente, a assistência farmacêutica no Brasil passou por diversas transformações, culminando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e na instituição da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF). No entanto, desafios como o subfinanciamento e a complexidade da gestão têm dificultado a implementação plena da PNAF, contribuindo para o aumento da judicialização.

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da judicialização da saúde na qualidade da assistência farmacêutica prestada pelo SUS, com foco na identificação dos principais medicamentos demandados judicialmente e nas suas implicações para a gestão dos recursos. A hipótese é que a crescente judicialização, ao pressionar o sistema a fornecer medicamentos não previstos nas políticas públicas, compromete a qualidade da assistência farmacêutica e a equidade no acesso aos medicamentos, sobrecarregando o sistema de saúde e gerando ineficiências na gestão dos recursos.

Ao aprofundar a compreensão desse fenômeno, este estudo busca contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para a otimização da utilização de medicamentos no Brasil.

2. MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de escopo a partir dos referenciais metodológicos para Scoping Review do Joanna Briggs Institute (JBI) (2020). O estudo de escopo tem como foco realizar um mapeamento das principais literaturas que englobam a área do conhecimento escolhida, examinar a abrangência e a natureza da investigação, resumir e apresentar os dados encontrados, além de identificar as lacunas dentro da temática abordada (ARKSEY; O'MALLEY, 2005).

A abordagem metodológica deste estudo incluiu as seguintes etapas: 1) escolha da questão norteadora com base no objetivo da pesquisa; 2) desenvolvimento da estratégia de pesquisa; 3) análise dos resultados obtidos; 4) síntese dos principais achados; e 5) apresentação dos resultados.

Os dados extraídos foram apresentados de forma descritiva e quantitativa por meio de um fluxograma específico para Revisão de Escopo (PRISMA-ScR) (2020). Pretende-se, com isso, atender ao objetivo da pesquisa, com a finalidade de identificar na literatura estratégias para identificar a gama de serviços farmacêuticos ofertados pelo SUS para atender à demanda judicial por medicamentos no Brasil.

A pergunta de pesquisa para delimitar o objetivo foi estabelecida por meio da estratégia PCC, em que “P” seria o população, “C” o conceito e “C” o contexto.

Com base nessas Definições, a questão de pesquisa delineada foi: “Qual a gama de serviços farmacêuticos ofertados pelo SUS para atender à demanda judicial por medicamentos no Brasil?”. Consideraram-se estudos que abordassem a temática de serviços farmacêuticos desenvolvidos no âmbito da judicialização da saúde no Brasil.

Os critérios de inclusão para os estudos encontrados foram artigos originais derivados de pesquisas; trabalhos que tratavam da judicialização de medicamentos nos estados brasileiros e ou dos serviços farmacêuticos neste contexto; trabalhos publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol no período de 2014 a 2024. Excluíram-se os trabalhos duplicados, de revisão da literatura, artigos de opinião, artigos que abordassem a judicialização da saúde em outros aspectos cujo não contavam com a participação do farmacêutico diretamente.

As bases de dados usadas para pesquisa foram Scientific Electronic Library Online (SciELO), Web of Science (disponível pelo portal da CAPES), Excerpta Medica Database (Embase) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) disponível na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

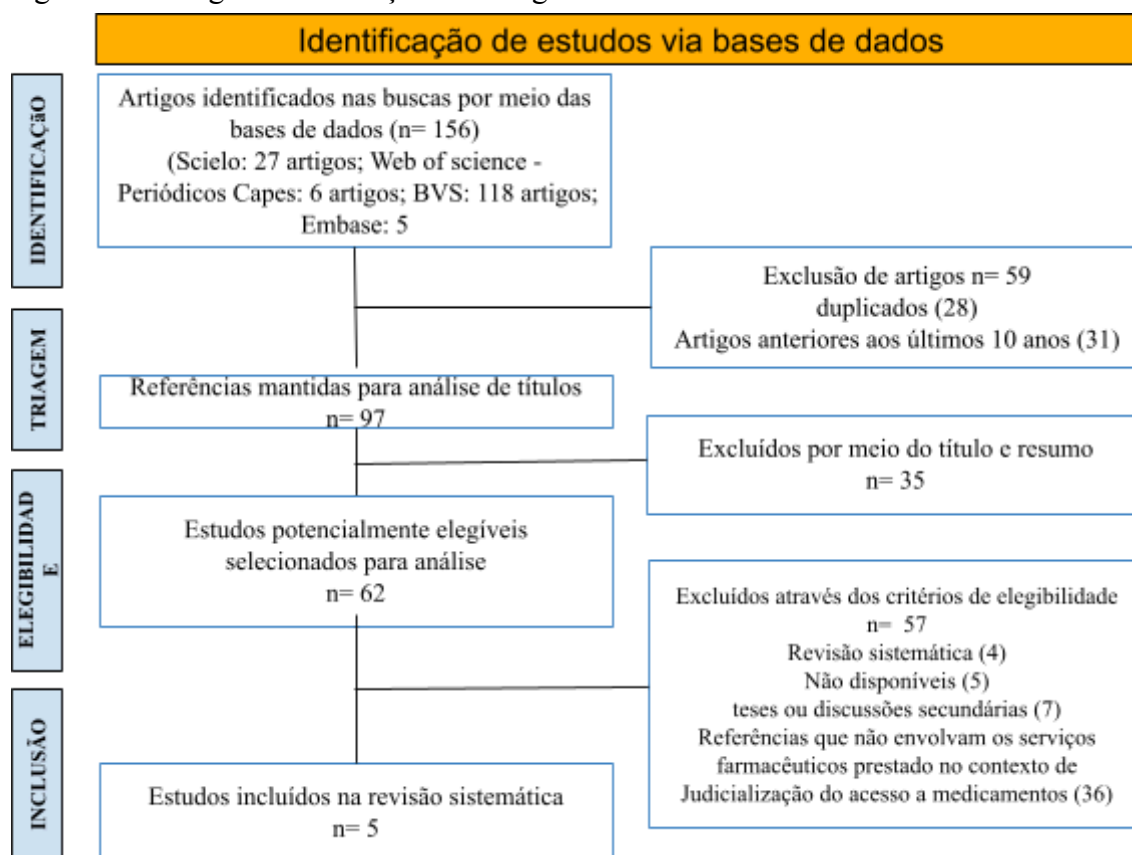
Os artigos selecionados passaram por uma análise por meio do software online gratuito EndNote para a exclusão de duplicatas e avaliação de acordo com os critérios de elegibilidade. Posteriormente, os artigos foram avaliados por dois pesquisadores independentes. Os conflitos foram resolvidos por um terceiro revisor.

Os dados extraídos dos artigos incluídos na revisão continham detalhes específicos sobre o objetivo, o local e método de estudo, os serviços farmacêuticos envolvidos e os medicamentos mais demandados via judicial.

3. RESULTADOS

A sistematização do recrutamento das publicações elegíveis obtidas nas bases consultadas está representada na forma de fluxograma (Figura 1), com a descrição do processo de recrutamento e o respectivo quantitativo de estudos localizados em cada uma das plataformas. Além disso, para subsidiar a discussão, foram confrontados os dados desses artigos com os de outros estudos, oriundos de pesquisas nacionais e internacionais. Após a realização das buscas nas bases de dados, identificaram-se 156 registros. Removeram-se 59 duplicatas, totalizando 97 registros. Após aplicação dos critérios de elegibilidade, excluíram-se 35 achados na primeira etapa da triagem e 57 na segunda, restando 5 estudos, conforme descrito abaixo no fluxograma PRISMA-ScR (2020).

Figura 1- Fluxograma de seleção dos artigos incluídos na revisão



Autoria própria

Os artigos incluídos na revisão abordam a judicialização de medicamentos no Brasil. Quanto ao método, as revisões de literatura se destacaram, com dois estudos (Quadro 2). Seja ao discutir os serviços farmacêuticos envolvidos, a tipologia dos medicamentos mais demandados, ou os impactos na saúde pública, todos os estudos convergem para essa temática central.

Quadro 2. Características dos estudos selecionados para composição da pesquisa

Autor e ano	Local e métodos	Objetivo	Serviços farmacêuticos envolvidos	Medicamentos mais demandados via Judicial
Ferreira, G.C. <i>et al.</i> (2020)	Município de Minas Gerais, Brasil Estudo longitudinal retrospectivo com análise	Analisar o acompanhamento clínico e laboratorial de pacientes com DM2 que utilizam medicamentos obtidos via judicial	Dispensação de medicamentos, acompanhamento clínico e laboratorial	Insulinas Levemir Flex Pen®, Novo Rapid® e Lantus®

	de prontuários e processos judiciais			
Leonel, R.M. <i>et al.</i> (2022)	Hospital de referência em Santa Catarina, Brasil. Estudo descritivo com análise de dados de pacientes (n=169)	Descrever a utilização de anticorpos monoclonais em pacientes oncológicos, incluindo formas de aquisição, efeitos adversos e causas de interrupção do tratamento	Dispensação de medicamentos, acompanhamento farmacoterapêutico	Trastuzumabe e rituximabe
Oliveira, W.N. <i>et al.</i> (2023)	Brasil (cidade de médio porte). Estudo quase experimental	Avaliar a eficácia do acompanhamento farmacoterapêutico (AF) em reduzir custos médicos diretos em pacientes com diabetes mellitus tipo 1 (DM1) que utilizam análogos de insulina obtidos via judicial	Acompanhamento farmacoterapêutico, dispensação de medicamentos, educação em saúde	Análogos de insulina
Vieira, F.F.M. <i>et al.</i> (2022)	Instituto Nacional do Câncer (INCA), Brasil. Análise de processos judiciais (2009-2018)	Analisar os impactos da judicialização de medicamentos antineoplásicos nos serviços farmacêuticos em oncologia	Dispensação de medicamentos antineoplásicos, preparo de medicamentos, gestão de estoque	Anticorpos monoclonais
Biehl, J., Amon, J.J., Socal, M.P. <i>et al.</i> (2016)	Rio Grande do Sul, Brasil. Análise de processos judiciais	Analisar as ações judiciais por medicamentos, identificando o perfil das demandas, as alegações e as prescrições, com o objetivo de entender o fenômeno da judicialização da saúde no Brasil	Dispensação de medicamentos, acesso a medicamentos	Budesonida, ácido acetilsalicílico, formoterol, sinvastatina, hidroclorotiazida
Oliveira <i>et al.</i> (2020)	Rio Grande do Norte, Brasil (2013-2017); Análise de processos judiciais	Analisar a conformidade das ações judiciais com as normas médico-sanitárias e de gestão da assistência farmacêutica.	Dispensação, aquisição e programação de medicamentos	Medicamentos fora da RENAME, off-label e não cobertos pela política

Araujo, B. C., <i>et al.</i> (2018).	Franco da Rocha – SP, Brasil. Análise de prescrições e dispensações	Analisar as prescrições, a dispensação e avaliar a possibilidade de uso de instrumento de avaliação da adesão	Dispensação de medicamentos, acompanhamento farmacoterapêutico	Rivaroxabana, Levetiracetam e Insulinas análogas de ação rápida
Chagas, V. O., <i>et al.</i> (2020).	Região Centro-Oeste, Brasil. Análise de processos judiciais.	Avaliar estratégias adotadas em um município, visando lidar com os problemas causados pela judicialização	Análise técnica de prescrições, encaminhamento de pedidos de substituição	Medicamentos do trato gastrointestinal, hemoderivado, medicamentos dermatológicos
Damascena, R. S. (2016).	Vitória da Conquista – BA, Brasil. Análise do itinerário de usuários que buscaram a judicialização	Analisar os requerentes de ações judiciais por medicamentos, seu itinerário e suas percepções	Armazenamento e dispensação em centros especializados	Rixavorabana, Azatioprina, Mofetila, Gossereлина, Traztuzumabe

Fonte: Autoria própria

Síntese dos resultados

A análise dos estudos selecionados demonstrou uma alta demanda da atividade profissional farmacêutica em serviços gerenciais no que diz respeito à judicialização da saúde. O envolvimento desses profissionais tem sido percebido de forma majoritária na gestão de estoque e no controle logístico. Quando aos serviços clínicos, destacaram-se a dispensação e a educação em saúde.

Os medicamentos mais demandados pelos requerentes das ações judiciais são os não padronizados e os não inclusos em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs). Notam-se também casos de solicitações de medicamentos disponibilizados pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, bem como alguns fornecidos pela atenção básica.

A maioria dos estudos apresentados levou em conta a análise de ações em municípios pré-definidos, e mesmo os que fizeram análises mais robustas se restringem a pequenas subdivisões de estados brasileiros. Alguns fizeram entrevistas utilizando questionários de perguntas semiestruturadas diretamente aos usuários, e um dos estudos descreveu o processo de um grupo de farmacêuticos envolvidos num serviço de acompanhamento farmacoterapêutico.

De maneira geral, os estudos demonstraram a importância do farmacêutico na dispensação de medicamentos obtidos por meio de judicialização, tendo em vista principalmente a necessidade de uma boa orientação e promoção de seu uso racional. Além disso, apesar das diversas menções ao equilíbrio desses profissionais entre os serviços gerenciais e clínicos, os artigos não buscaram descrever de maneira mais profunda como são executados os processos de gestão.

Discussão

Os resultados dos estudos analisados evidenciam a relevância da atuação do farmacêutico no serviço de dispensação. Nessa ação, o profissional deve assegurar não apenas que o usuário tenha acesso a seu medicamento, mas que ele compreenda integralmente suas ações esperadas, como ele deve utilizá-lo e armazená-lo. O estabelecimento de um vínculo de confiança é imprescindível, especialmente levando em conta o processo prévio à dispensação. O fato de tais medicamentos se inserirem nos grupos de tecnologias de saúde de alto custo fortalece mais ainda a necessidade de uma adesão completa ao tratamento, visando não apenas a redução de riscos ao usuário, mas também a boa gestão dos recursos de saúde.

Existe ainda uma importante lacuna no acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes que obtêm medicamentos via judicial. A ausência de monitoramento clínico e laboratorial pós-judicialização, como demonstrado por Ferreira *et al.* (2020), não apenas compromete a eficácia do tratamento, mas também expõe os pacientes a riscos de reações adversas e desenvolvimento de resistência. O farmacêutico, ao realizar a conciliação medicamentosa, monitorar parâmetros clínicos e educar o paciente, desempenha um papel crucial na mitigação desses riscos, conforme corroborado por Oliveira *et al.* (2023). No entanto, a implementação de um acompanhamento farmacoterapêutico integral enfrenta desafios complexos, como a escassez de recursos humanos, a sobrecarga das equipes de saúde e a necessidade de uma infraestrutura adequada.

O estudo de Barros *et al.* (2017) evidencia a importância da institucionalização da assistência farmacêutica para garantir o acesso a medicamentos. Seus resultados demonstram que a presença de ferramentas de gestão, a participação social, o financiamento adequado e uma estrutura de pessoal qualificada são elementos essenciais para ampliar o acesso. A pesquisa destaca ainda a relevância de sistemas informatizados e da participação em conselhos municipais de saúde.

A judicialização do acesso a medicamentos coloca em conflito a garantia individual do direito à saúde e a necessidade de gestão eficiente dos recursos públicos. Enquanto a busca judicial por medicamentos específicos pode atender demandas individuais, ela também pode gerar uma sobrecarga no sistema de saúde e desconsiderar as diretrizes estabelecidas para a seleção de medicamentos, como alertam Oliveira *et al.* (2020) e Carneiro (2022). A solicitação de medicamentos fora da lista nacional ou para usos não padronizados exemplifica essa tensão.

De acordo com o estudo de Chagas *et al.* (2020), a melhor forma de trabalhar uma otimização de custos no que se diz respeito a demandas judiciais é fazer um controle mais adequado do que se é prescrito. As alternativas terapêuticas devem ser itens que compõem as listas de medicamentos e outras tecnologias em saúde padronizadas pelo SUS. Existe uma perceptível pressão da indústria farmacêutica, além do não seguimento aos PCDTs por parte dos prescritores.

Nota-se ainda a necessidade de uma abordagem mais completa desse tema nas demais profissões, tanto da saúde quanto às que agem de forma direta no Poder Judiciário. De acordo com Oliveira *et. al.* (2023), a avaliação dos PCDTs é por vezes ignorada nos momentos de decisão de causa, em detrimento da opinião dos prescritores. Tem se percebido, então, a necessidade da inserção do profissional farmacêutico nesse campo de atuação, com atividades voltadas à análise técnica de prescrições médicas e emissão de pareceres mais condizentes com a realidade do SUS, sem ignorar as necessidades básicas do requerente. Esse poderia ser considerado um serviço gerencial, tanto promotor de uma melhor administração e distribuição de recursos quanto de difusor de informações em saúde.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa evidenciam a importância da assistência farmacêutica na mitigação dos impactos da judicialização da saúde, especialmente considerando a alta demanda por medicamentos de alto custo, como aqueles utilizados para o tratamento de doenças raras e crônicas, bem como por novos fármacos com maior eficácia. A identificação frequente de medicamentos como insulinas, biológicos e oncológicos nas demandas judiciais reforça a necessidade de políticas públicas mais abrangentes e eficientes para garantir o acesso a esses tratamentos. No entanto, a judicialização, embora seja um importante mecanismo de garantia do direito à saúde, não pode ser a solução única e sustentável a longo prazo. A integração de ações judiciais com políticas públicas sólidas de assistência farmacêutica, que contemplem a atualização constante da lista de medicamentos do SUS e a valorização da expertise do farmacêutico, é fundamental para garantir o acesso equitativo e oportuno aos medicamentos, reduzindo a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário e otimizando os recursos do sistema de saúde.

Financiamento

Agradeço à Fundação Universidade de Brasília pela concessão da bolsa de iniciação científica, que possibilitou a realização deste estudo.

Referências

ANDIA, T.; LAMPREA, E. A judicialização dos cuidados de saúde é ruim para a equidade? Uma revisão de escopo. *International Journal for Equity in Health* , 18. <https://doi.org/10.1186/s12939-019-0961-y> .

ARAUJO, B. C.; MELO, R. C.; BONFIM, J. R. A.; TOMA, T. S. Assistência farmacêutica de Franco da Rocha, SP: Qualidade da prescrição, dispensa de medicamentos, adesão a tratamento e demandas judiciais. Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, 2018.

ARAÚJO, Patricia S. et al. Pharmaceutical care in Brazil's primary health care. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 51, n. 2, 1s-11s, 2017.

ARKSEY H.; O'MALLEY L. Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology: Theory & Practice*, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BARROS, R., COSTA, E., SANTOS, D., SOUZA, G., ALVARES, J., GUERRA, A., ACURCIO, F., GUIBU, I., COSTA, K., KARNIKOWSKI, M., SOEIRO, O., & LEITE, S. (2017). Acesso a medicamentos: relações com a institucionalização da assistência farmacêutica. *Revista de Saúde Pública*, 51. <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2017051007138>.

BIEHL, J. (2013). The judicialization of biopolitics: Claiming the right to pharmaceuticals in Brazilian courts. *American Ethnologist*, 40, 419-436. <https://doi.org/10.1111/AMET.12030>.

BIEHL, J.; SOCAL, M. P.; AMON, J. J. The judicialization of health and the quest for state accountability: evidence from 1,262 lawsuits for access to medicines in Southern Brazil. *Health Hum Rights*, v. 18, n. 1, p. 209-220, 2016. Acesso em: 18 jun. 2024

BORGES, Anna P. S. et al. The pharmaceutical care of patients with type 2 diabetes mellitus. *Pharmacy World & Science*, v. 32, n. 6, p. 730-736, 2010. Acesso em: 18 jun. 2024

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 2004; 7 maio.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004. Dispõe sobre os requisitos mínimos de organização e funcionamento dos serviços de saúde ambulatorial e hospitalar. 6 de maio de 2004. Brasília, DF. *Diário Oficial da União*, n. 92, p. 4-17, 7 de maio de 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cuidado farmacêutico na atenção básica. Caderno 1: serviços farmacêuticos na atenção básica à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [URL inválido removido] Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Assistência Farmacêutica no SUS: 20 anos de políticas e propostas para desenvolvimento e qualificação: relatório com análise e recomendações de gestores, especialistas e representantes da sociedade civil organizada. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 125 p. il. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/publicacoes/assistencia_farmaceutica_sus_relatorio_recomendacoes.pdf.> Acesso em: 18 jun. 2024. ISBN 978-85-334-2599-6.

CARNEIRO, D. (2022). Judicialização das Políticas Públicas de Assistência Farmacêutica. *Medical Research Archives* . <https://doi.org/10.18103/mra.v10i2.2695>.

CHAGAS, V. O.; PROVIN, M. P.; MOTA, P. A. P.; GUIMARÃES, R. A.; AMARAL, R. G. Estratégias institucionais como mecanismos de racionalização dos efeitos negativos da judicialização do acesso aos medicamentos no Brasil. *BMC Health Services Research*, 2020. <https://doi.org/10.1186/s12913-020-4929-9>

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. A assistência farmacêutica no SUS. Conselho Regional de Farmácia do Paraná; organização Comissão de Saúde Pública do Conselho Federal de Farmácia, Comissão de Assistência Farmacêutica do Serviço Público do CRF-PR. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2010. 35 p. Acesso em: 18 jun. 2024

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual. 2016. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf . Acesso em: 20 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE SAÚDE. A Assistência Farmacêutica no SUS. Brasília, DF: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, vol. 7).

DAMASCENA, R. S. Judicialização do acesso a medicamentos no município de Vitória da Conquista – BA: Análise dos itinerários dos usuários. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2016.

FIGUEIREDO, Tatiana Aragão; PEPE, Vera Lúcia Edais; OSORIO-DE-CASTO, Claudia Garcia Serpa. Um enfoque sanitário sobre a demanda judicial de medicamentos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 101-118, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312010000100007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 Jun. 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312010000100007>.

LYRA, P., ARAÚJO, D., JÚNIOR, G., SODRÉ-ALVES, B., JESUS, E., LYRA, D., & QUINTANS, L. (2021). A qualidade da pesquisa sobre judicialização e sua influência nas políticas públicas de acesso a medicamentos no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciencia & saude coletiva* , 26 11, 5577-5588 . <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.29142020> .

MOURÃO, Aline O. M. et al. Pharmaceutical care program for type 2 diabetes patients in Brazil: a randomised controlled trial. *International Journal of Clinical Pharmacy* , v. 35, n. 1, p. 79-86, 2013.

NDEFO, Uche A. et al. Provision of medication therapy management by pharmacists to patients with type-2 diabetes mellitus in a federally qualified health center. *Pharmacy and Therapeutics* , v. 42, n. 10, p. 632-637, 2017.

OLIVEIRA, Y., BRAGA, B., FARIAS, A., PEREIRA, S., & FERREIRA, M. (2020). Judicialização de medicamentos: efetividade de direitos ou ruptura de políticas públicas?. *Revista de Saúde Pública* , 54.
<https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002301> .

OLIVEIRA, W. N.; CAZARIM, M. S.; MENDONÇA, T. S.; OBRELI-NETO, P. R.; PEREIRA, M. L.; BALDONI, A. O. Acompanhamento farmacoterapêutico em pacientes com Diabetes Tipo I em contexto de judicialização: Possibilidade de otimizar custos. *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences*, 2023.
<https://doi.org/10.1590/s2175-97902023e23264>